

Congresso americano não perdoa devedores

CLÁUDIO LESSA
Correspondente

Washington — Com a presença de William R. Rhodes (Citibank) e C. Fred Bergsten (ex-Departamento do Tesouro), entre outros, a Câmara dos Deputados dos EUA, um dia depois de empossada a 101^a Legislatura, tentou discutir os aspectos do progresso social nos países menos desenvolvidos e os problemas e perspectivas da economia mundial. A tentativa de ontem, no entanto, foi frustrada pelo pouco tempo disponível havia a cerimônia "pro-forma" de contagem dos votos do colégio eleitoral, onde, pela primeira vez na história dos EUA, um vice-presidente anunciou sua própria vitória na corrida à Casa Branca.

Os depoimentos foram marcados pela rejeição a um perdão generalizado da dívida externa do terceiro mundo, e a compra da dívida por organismos como o

Banco Mundial voltou a ser proposta. Houve por um incessante vaivém dos membros da comissão (ocorriam votações para outras comissões no momento). Até perguntas estapafúrdias dos deputados, do tipo "o FMI é importante neste processo?" foram ouvidas. Entre os depoimentos de hoje, está marcado o do ex-ministro da Fazenda, Bresser Pereira.

DEBATE

Foram discutidos os aspectos sociais dos países endividados e as perspectivas da economia mundial, o Fred Bergster, diretor do Instituto de Economia Internacional, propôs um programa multifacetado para resolver a questão da dívida. Os elementos mais marcantes deste programa seriam um novo programa do Banco Mundial, contendo garantias parciais de apoio à redução voluntária do estoque da dívida por parte dos bancos privados;

a recompra (buyback) da dívida pelos países devedores com grandes descontos no mercado secundário, e financiada por verbas do Japão e outros países credores, maior disponibilidade de crédito do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, além de maior rapidez no desembolso; níveis mais altos de empréstimo por parte do FMI aos países com programas eficazes de estabilização econômica. Já William R. Rhodes, do Citibank, e presidente do comitê assessor da dívida externa brasileira, procurou chamar a atenção para o espírito de cooperação que deve reinar no trato da questão da dívida externa, e lembrou que "a decretação da moratória, no Brasil, foi um marco da mudança do espírito de cooperação para o espírito de confrontação", que um ano depois, o Brasil entendeu que "não iria a lugar algum dessa forma".